



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: 815CC-700F3-A6409
Decisão TC-0298



all/rcs

Decisão 00298/2024-3 - 1ª Câmara

Processo: 04558/2022-3

Classificação: Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

UG: IPS - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Serra

Relator: Donato Volkers Moutinho

Interessado: DENIZARD ROCHA SANTOS

ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAMENTO.

Os processos de controle externo nos quais é apreciada a legalidade de atos sujeitos a registro possuem natureza de fiscalização, como estabelece o art. 50, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual 621, de 8 de março de 2012;

Como em toda a atuação fiscalizadora, a análise efetuada pelo Tribunal no caso da apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro tem um escopo definido, que é selecionado tendo em conta os elementos mais relevantes que originam o direito e o risco de não conformidades, a fim de se identificar possíveis ilegalidades;

É o próprio Tribunal quem define quais documentos e informações – bem como o seu formato e o modo de envio –, devem lhe ser encaminhados com vistas à apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro;

A eventual ausência de informações que, embora não previstas no ato normativo específico que regulamenta o

encaminhamento dos atos sujeitos a registro ao Tribunal, o Ministério Público junto ao Tribunal reputa como relevantes, sem comprovação de situação que pudesse indicar ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão do benefício, incorreção na fixação de seu valor ou qualquer ilegalidade material, não impede o registro do ato cuja legalidade é apreciada;

Apresentados, pelo instituto de previdência, os documentos e informações previstos no ato normativo específico; e efetuado o exame, nos moldes normatizados pelo próprio Tribunal, sem a identificação de ilegalidades; considera-se cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de benefício previdenciário, de modo que o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

A ausência de registro de ato de admissão de pessoal ocorrida antes de 16 de novembro de 2014 – data em que a Instrução Normativa TC 31, de 2 de setembro de 2014, entrou em vigor – não impede o registro do ato de concessão inicial de aposentadoria.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO DONATO VOLKERS MOUTINHO:

RELATÓRIO

Trata-se do ato de concessão inicial de aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, ao Sr. Denizard Rocha Santos, a partir de 29 de abril de 2022, consubstanciado na Portaria 101/2022 (doc. 13, p. 1), com fundamento no então art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que se submete à apreciação deste Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) para fins de registro.

A unidade técnica se manifestou pelo registro através da Instrução Técnica Conclusiva (ITC) 2975/2023 (doc. 20). Por outro lado, o Ministério Público junto ao TCEES (MPC) se manifestou pela denegação do registro através do Parecer MPC 4684/2023 (doc. 23), no qual o procurador de contas, em síntese, alega serem irregulares: (a) a omissão de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria, a fixação e a revisão dos proventos; (b) ausência de juntada do último contracheque da remuneração do servidor; (c) a falta de evidenciação da legalidade da fixação dos proventos ante a ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado da parcela que compõe o cálculo do provento; (d) ausência do registro do ato admissional.

Em seguida, os autos vieram ao relator para a emissão de relatório e proposta de voto.

É o relatório.

FUNDAMENTOS

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria, encaminhado ao TCEES com vistas à apreciação de sua legalidade, para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da CF/1988.

O interessado aposentou-se no cargo de Médico - Nível 12 - Classe 1, do Quadro Permanente do Poder Executivo Municipal. Contava, na data da aposentadoria, com 65 anos de idade e 34 anos, 6 meses e 28 dias de tempo de contribuição (doc. 9), cumprindo os requisitos exigidos pela então redação do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da CF/1988, quais sejam, para homem: idade mínima de 65 anos, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se deu a aposentadoria.

Os proventos proporcionais foram calculados com base na média dos 80% maiores salários de contribuição e no tempo de contribuição, observado o salário-mínimo vigente, e fixados no valor de R\$ 4.720,95 (doc. 9), conforme detalhado na referida ITC (doc. 20).

Apesar dessas informações e em divergência com a unidade técnica, o procurador de contas requereu a denegação do registro do ato de concessão inicial de aposentadoria examinado, ante a suposta presença das seguintes irregularidades:

- a) omitem-se dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria, notadamente quanto à adoção de normas anteriores à data de entrada em vigor da Emenda Constitucional EC n. 103, de 12 de novembro de 2019 (art. 79, inciso III, alínea “b”, da Lei Municipal n. 2.360/2001, art. 22, caput, da Lei Municipal n. 2.818/2005 e art. 10, § 7º, e/ou 20, § 4º, da EC n. 103/2019), a fixação (art. 82, § 3º, da Lei Municipal n. 2.360/2001, art. 40, §§ 2º, 3º e 17, da CF/1988, art. 1º, caput, e § 5º da Lei n. 10.887/2004) e a revisão dos proventos (art. 40, § 8º, da CF/1988, art. 15 da Lei n. 10.887/2004, art. 4º, inciso III, alínea “b”, da Lei Municipal n. 2.818/2005), não restando demonstrado o cumprimento do princípio tempus regit actum;
- b) não foi juntado o último contracheque da remuneração do servidor;
- c) a legalidade da fixação dos proventos não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor de parcelas que compõem o respectivo cálculo e/ou que autoriza a incorporação destas à remuneração do servidor;
- d) ausente o registro do ato admissional, conforme determinação do art. 71, inciso III, da Constituição Federal, art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual, arts. 1º, inciso IV, e 38, da LC n. 32, de 14 de janeiro de 1993 e art. 1º da Resolução TC n. 186, de 27 de maio de 2003.

Em relação à suposta irregularidade (a), de omissão de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria, a fixação e a revisão dos proventos, o procurador de contas apontou que a Portaria 101/2022 falhou em não mencionar expressamente os dispositivos que indica. Semelhantemente, na irregularidade (c), ele apontou que não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor de parcelas que compõem o respectivo cálculo e/ou que autoriza a incorporação destas à remuneração do servidor.

Nota-se, portanto, que as razões ministeriais se fundamentam na ausência de informações ou de apontamento de normas ou da juntada de documentos, que segundo o procurador de contas deveriam compor o ato de concessão inicial da aposentadoria e a planilha que trouxe as rubricas que compõem os proventos.

Neste ponto, é importante destacar a competência de apreciação de legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão inicial de aposentadoria, atribuída aos tribunais de

contas pelo art. 71, inciso III, da CF/1988, é exercida pelo TCEES em processos cuja natureza é de fiscalização, como estabelece o art. 50, inciso II, alínea “a”, da LC 621/2012.

Em consequência, como em toda a atuação fiscalizadora, a análise perpetuada pelo Tribunal tem um escopo definido, cujos elementos são averiguados pela unidade técnica competente. Esse escopo, no caso dos atos de concessão de benefícios previdenciários, é selecionado tendo em conta os elementos mais relevantes que originam o direito e o risco de não conformidades, a fim de identificar possíveis ilegalidades.

Nesse contexto, é o próprio TCEES quem define quais documentos e informações – bem como o seu formato e o modo de envio –, devem lhe ser encaminhados com vistas à apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro. Por força do art. 20-B, § 4º, da Instrução Normativa (IN) TC 68, de 8 de dezembro de 2020, os atos de concessão inicial de aposentadorias, reformas e reservas, expedidos a partir de 1º de julho de 2022, devem ser encaminhados ao Tribunal nos moldes exigidos pela referida IN. Por outro lado, no caso de atos expedidos antes dessa data, o encaminhamento deve observar as exigências previstas na IN TC 31, de 2 de setembro de 2014.

Como a expedição da Portaria 101/2022 se deu em 28 de abril de 2022, aplica-se ao caso dos autos a IN TC 31/2014, cujo art. 15 arrola os documentos e informações a serem enviados ao Tribunal. Ademais, nos termos de seu art. 4º, a análise desses documentos cabe à unidade técnica competente, que emitirá a instrução técnica contendo relatório com a transcrição das informações, análise fundamentada e conclusão com a proposta de encaminhamento.

No caso em tela, como evidencia a ITC 2975/2023 (doc. 20), o Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal (NRP) cumpriu tais requisitos, na medida em que analisou os elementos necessários para a concessão do benefício, o cálculo dos proventos e a formalização do ato concessor. Nessa análise, não constatou a ocorrência de quaisquer ilegalidades e, em consequência, propôs o registro do ato administrativo.

Dessa forma, a unidade técnica, que possui competência, capacidade e expertise técnica para a análise dos atos de pessoal sujeitos a registro, efetuou o exame nos moldes normatizados pelo próprio Tribunal e reputou suficientes os elementos colacionados nos autos, em cumprimento a IN TC 31/2014, para fins de registro.

Por outro lado, o procurador de contas entende que a falta de expressa menção a determinados dispositivos normativos no ato concessor e do fundamento legal de todas as rubricas que impactam os proventos implica em automática ilegalidade do ato concessor do benefício. Contudo, não aponta – e muito menos comprova – nenhuma situação que pudesse indicar ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria examinada, incorreção na fixação do valor do benefício ou qualquer ilegalidade material no benefício concedido, razão pela qual sua posição não deve prosperar.

A eventual falta de informações que, embora não previstas no ato normativo específico que regulamenta o encaminhamento dos atos sujeitos a registro ao TCEES, o procurador de contas reputa como relevantes não implica na ilegalidade da concessão do benefício previdenciário. Ao contrário, a denegação do registro, prevista no art. 117, inciso II, da LC 621/2012, somente deve ocorrer quando comprovada a existência de ilegalidade, tendo em conta o escopo de análise definido pelo Tribunal.

Adicionalmente, esta Corte de Contas tem, reiteradamente, entendido que a eventual ausência ou incompletude de informações ou indicação específica da base legal do vencimento ou de rubricas componentes do ato concessório ou da planilha de fixação dos proventos não seriam suficientes para denegar o registro do ato concessor. Nesse sentido, por exemplo, têm-se os seguintes julgados:

Acórdão TC 1061/2022 – Plenário. Excerto 314/2022-2.

PEDIDO DE REEXAME – PROVENTOS DE APOSENTADORIA – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR.

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

[...]

[...] Primeiramente, com relação à ausência da fundamentação legal das rubricas e de demonstração dos suportes fáticos relativos às gratificações incorporadas aos proventos, fundamenta-se o duto representante do Parquet de Contas na

IN/TC 31/2014, alterada pela IN/TC 62/2020, que estabelece que o protocolo deverá conter o original do ato concessório, constando os dispositivos legais da aposentadoria e o amparo legal da fixação dos proventos.

[...]

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas - quando as irregularidades do ato concessório limitam-se à insuficiência de fundamentação do ato concessório e à ausência de indicação da base legal dos vencimentos ou do Adicional de Tempo de Serviço - tem opinado pelo registro do ato e expedição de recomendações.

[...] Vê-se, portanto, que não há impedimento para o registro do ato concessório em face dessas irregularidades, bastando que sejam adotadas as recomendações supracitadas, o que já foi feito pela Decisão n.º 4074/2021 – Segunda Câmara, ora impugnada.

Não há, dessa forma, um vício grave e, estando claro o objeto e os motivos que justificam a existência do ato concessório, deve-se adotar o princípio do formalismo moderado (art. 52, Lei Orgânica do TCEES), a fim de garantir assim celeridade e a duração razoável do processo.

[...] Ante o exposto, acompanhando parcialmente a área técnica para CONHECER o recurso e NÃO ACOLHER a preliminar de nulidade, e divergindo, quanto ao mérito, da Instrução Técnica de Recurso n.º 00250/2022-6 e do Ministério Público de Contas, para NEGAR PROVIMENTO ao recurso, proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação. (grifo nosso).

Acórdão 938/2023 - Plenário

PEDIDO DE REEXAME – PROVENTOS DE APOSENTADORIA – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR

1. Cumpridos os requisitos constitucionais e legais para a concessão de benefício previdenciário, não havendo vício grave, em observância aos princípios do formalismo moderado, da celeridade processual e da segurança jurídica, contidos no art. 52 da Lei Complementar 621/2012, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

[...]

No mérito, como já informado, o Representante do Parquet, defende que a decisão recorrida deve ser reformada para que para que seja negado registro à Portaria n. 125/2019, sob os seguintes fundamentos:

(a) omitem-se dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria e a fixação e revisão dos proventos (a Portaria não menciona o art. 2º da EC 47/2005 e o art. 10 § 7º da EC 103/2019);

(b) a legalidade da fixação dos proventos não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado de parcelas que compõem o respectivo cálculo e/ou que autoriza a incorporação destas à remuneração do servidor.

Cinge-se a controvérsia, portanto, a uma possível insuficiência de fundamentação no ato concessório e na planilha de fixação. No que concerne à ausência de informações que se afiguram importantes para a completude da análise do ato, relativas à forma de fixação e revisão do respectivo benefício, bem como a "necessidade de retificação da planilha de fixação de proventos para que faça constar o completo suporte legal da rubrica "vencimento", assim como todas as leis posteriores que tenham modificado o seu valor", este Tribunal de Contas já vem entendendo pela inexistência de vício grave capaz de justificar a negativa de registro, com base no princípio do formalismo moderado, a exemplo do seguinte precedente:

[...]

É preciso esclarecer, de plano, que não há indícios nos autos da ocorrência de irregularidades de ordem material na concessão do benefício, e tampouco são levantadas nas razões recursais, o que se questiona são incompletudes na elaboração do ato concessor e na elaboração da tabela de fixação dos proventos.

[...]

Dessa forma, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, haja vista o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais para concessão do benefício.

Não havendo, portanto, um vício grave e estando claro o objeto e os motivos que justificam a existência do ato concessório, deve-se adotar o princípio do formalismo moderado (art. 52, Lei Orgânica do TCEES), a fim de garantir assim celeridade e a duração razoável do processo, evitando-se males maiores, tais como a decadência do poder-dever de analisar o ato concessório (STF - Tema 445) ou o atraso para a compensação previdenciária por parte da origem, quando for o caso.

Ante o exposto, divergindo da área técnica e do Ministério Público de Contas, proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Aliás, em casos semelhantes, o Plenário do Tribunal tem entendimento firme em pela aplicação dos princípios do formalismo moderado e da segurança jurídica, esculpidos no art. 52 da LC 621/2012, de modo a permitir o registro do ato concessor, como evidenciam os seguintes recentes exemplos de aplicação dessa tese: Acórdão TC 910/2023 - Plenário (Processo TC 1624/2023), Acórdão TC 885/2023 - Plenário (Processo TC 1444/2023), Acórdão TC 912/2023 - Plenário (Processo TC 2631/2023), Acórdão TC 795/2023 - Plenário (Processo TC 1317/2023) e Acórdão 930/2023 - Plenário (Processo TC 1313/2023). De fato, não seria adequado que o legalismo exacerbado, o qual se atém a forma e não ao conteúdo do ato administrativo, prevalecesse sobre os princípios do formalismo moderado e da segurança jurídica.

Considerando que a unidade verificou o cumprimento dos requisitos de direito e de fato para a concessão inicial de aposentadoria, e tendo em conta o atual panorama no registro de atos de pessoal, que reconhece os princípios da segurança jurídica, boa-fé, razoabilidade e proteção da confiança legítima, a alegada falta do último contracheque da remuneração do servidor não é motivo suficiente para a negativa do registro.

Na verdade, a análise dos documentos e informações enviados ao TCEES, em cumprimento à IN TC 31/2014, é suficiente para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, inclusive quanto ao valor dos proventos. Esse é o posicionamento, também, adotado pelo Tribunal nos citados julgados, na qual diante da

ausência de vício grave capaz de justificar a negativa do registro, o registro deve ser realizado, com fundamento no princípio do formalismo moderado.

No mais, quanto à ausência da juntada do último contracheque da remuneração do segurado, aponta-se que o requerimento de aposentadoria se deu em 29 abril de 2021 e constam a discriminação da última remuneração do servidor na ficha financeira do exercício de 2021 (doc. 7) e as demais fichas financeiras (doc. 8), documentos que permitem a aferição da regularidade do cálculo na fixação dos proventos, conforme entendimento da Instrução Técnica Conclusiva 2973/2023 (doc. 20). Tais fatores são suficientes para que se conclua pela correta fixação dos proventos, não perfazendo vício grave capaz de impedir o registro do ato concessório.

Ademais, o MPC ainda aponta a ilegalidade da concessão de aposentadoria ante a ausência do registro do ato admissional do servidor público. Isso porque seria imperioso a análise da legalidade da admissão do servidor antes da concessão do benefício de aposentadoria, por ser obrigação constitucional, já que o regime próprio de previdência abrange, exclusivamente, servidor público titular de cargo eletivo, o inativo e seus dependentes.

Efetivamente, não há quaisquer documentos nos autos que comprovem o registro do ato de admissão do segurado no cargo em que se deu a aposentadoria perante esta Corte de Contas. Todavia, o próprio Tribunal dispôs quanto ao tratamento adequado a tais situações, como estabelece o art. 14, § 3º, da IN TC 31/2014:

Art. 14. Expirado o prazo de validade do concurso, o processo principal, será novamente remetido ao Tribunal de Contas, no prazo de 30 dias, para apreciação e decisão final sobre o procedimento, ouvindo-se neste caso o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(...)

§3º. As admissões efetivadas após a entrada em vigor desta Instrução Normativa deverão ser previamente apreciadas para o registro da posterior aposentadoria, transferência para a reserva, reforma, e eventual pensão.

Nota-se que o segurado ocupava o cargo de Médico – Nível 12 – Classe 1, do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Serra, havendo o respectivo registro de seu ingresso mediante concurso público, conforme Edital nº 0001/2003/SESA, DIO de 19 de setembro de 2003, homologado através do Decreto nº 4014/2003, DIO de 12 de

dezembro de 2003. (doc. 16, p. 2). Foi nomeado através do Decreto 6948, de 06 de dezembro de 2004 (doc. 16, p. 28)

Assim, sua admissão foi efetivada antes da IN 31/2014, de modo que não há obrigatoriedade de apreciação da admissão para registro de aposentadoria, já que não impõe tal obrigação a casos anteriores a sua vigência.

Há reiterada e pacífica jurisprudência do TCEES quanto aplicação do art. 14, § 3º da IN TC 31/2014 nos processos de registro por aposentadoria, pensão ou reforma. Por exemplo, em recente julgado, apoiado na manifestação da unidade técnica, o Plenário fundamentou o Acórdão 912/2023 - Plenário da seguinte maneira:

A – Da ausência de registro do ato admissional

No primeiro tópico de sua peça recursal sustenta, em síntese, o Ministério Público de Contas que o fato do processo de admissão da aposentada estar pendente de análise por esta Corte constituir-se-ia em impeditivo ao registro do ato de aposentadoria.

Quanto a esta alegação, entendemos que não assiste razão ao Recorrente eis que, conforme bem asseverado na Decisão TC 709/2023-Segunda Câmara, esta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que “[...] a ausência de registro do ato admissional editado antes da IN/TC 31/2014 não obsta ao registro da aposentadoria ou pensão ou outro benefício posterior, mas somente as admissões ocorridas após a vigência da referida norma”.

A propósito, o art. 14, § 3º, da Instrução Normativa TC 31/2014 dispõe que as admissões ocorridas a partir de sua vigência devem ser apreciadas pelo TCEES previamente ao registro da aposentadoria, inexistindo, portanto, tal obrigação em relação às admissões ocorridas antes de sua vigência, tal como ocorreu no presente caso concreto.

Com efeito, é fato que o controle das remessas dos processos de admissão e dos respectivos concursos públicos faz parte das obrigações das Cortes de Contas, cabendo a elas, por intermédio de seus setores competentes, promover auditorias e apenar os gestores omissos, na forma dos dispositivos regulamentares. Todavia, ponderamos no sentido de que não é possível concluir que tais circunstâncias sejam condições imprescindíveis ao registro dos atos de aposentadoria, em especial se contrariarem o previsto no art. 14, § 3º, da Instrução Normativa TC 31/2014, o qual não impõe tal obrigação a casos anteriores a sua vigência.

[...]

Desse modo, conclui-se que a ausência da análise prévia, por esta Corte, do ato de admissão da senhora Angela Maria Pina Pinto, não é fato impeditivo ao registro de sua aposentadoria, devendo ser improvido o presente recurso quanto a este ponto.

De forma semelhante, consta expressamente na ementa do Acórdão TC 77/2022 – Plenário que o registro do ato admissional só é obrigatório para admissões posteriores a entrada em vigor da IN TC 31/2014, nos seguintes termos:

PEDIDO DE REEXAME – APOSENTADORIA SEM REGISTRO ANTERIOR DE
ADMISSÃO – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR

1. Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

2. Somente nos casos de admissão em data posterior à entrada em vigor da Instrução Normativa TC 31/2014 torna-se obrigatória a apreciação prévia da admissão para o registro da aposentadoria.

Em igual sentido, vide, por exemplo: Acórdão 946/2023 – Plenário (Processo TC 2559/2023), Acórdão 850/2023 – Plenário (Processo 1454/2023), Decisão 175/2021 - 1ª Câmara (Processo 9160/2013), Decisão 703/2021 – 1ª Câmara (Processo 872/2017).

Desta forma, existentes os elementos comprobatórios de que o segurado foi aprovado em concurso público e devidamente nomeado, a ausência do seu registro de admissão não obstaculiza o direito de receber o benefício decorrente de aposentadoria.

Portanto, considerando os fundamentos expostos, aliados à jurisprudência acima colacionada, deve-se considerar descabidas as supostas irregularidades (a), (b), (c) e (d) apontadas pelo MPC. Logo, não demonstrada qualquer ilegalidade, nem comprovada qualquer omissão, tampouco é necessária a expedição de determinação ou recomendação.

Assim, considerando que a documentação acostada aos autos e o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade do ato examinado, assiste razão à unidade técnica que se manifestou pelo registro do ato. Portanto, deve o referido ato ser registrado pelo Tribunal.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante o exposto, acompanho o entendimento da unidade técnica, dirijo do Ministério Público junto ao TCEES e proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação:

DONATO VOLKERS MOUTINHO
Conselheiro Substituto
Relator

1. DECISÃO TC-0298/2024-3:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. REGISTRAR o ato de concessão inicial de aposentadoria do Sr. Denizard Rocha Santos, a partir de 29 de abril de 2022, com os proventos fixados no valor de R\$ 4.720,95 (quatro mil, setecentos e vinte reais e noventa e cinco centavos), consubstanciado na Portaria 101/2022 do Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Serra (IPS).

1.2. Dar CIÊNCIA aos interessados e ao Ministério Público junto ao Tribunal, na forma regimental;

1.3. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da sessão: 23/02/2024 - 6ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sebastião Carlos Ranna de Macedo(presidente), Sérgio Aboudib Ferreira Pinto e Donato Volkens Moutinho

4.2. Conselheiro Substituto: Donato Volkens Moutinho (relator/ em substituição, conforme Ato Convocatório nº 1/2024).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de contas em substituição ao procurador-geral Heron Carlos Gomes de Oliveira

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Presidente